

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Diretor Industrial
Osvaldo Abílio Braga

Editor Chefe
Jota Alcides

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Diretor de Planejamento
João Augusto Cabral

Crescer é a solução

O Brasil é um país original em tantos os aspectos que até suas crises emitem efeitos incomuns e, em certo sentido, insólitos. A despeito das graves turbulências políticas, agora adensadas com a revelação de operações escandalosas na elaboração e manuseio do Orçamento, a economia reage com saltos significativos na produção, inclusive com recordes históricos, como o da indústria automobilística.

Significa constatar que as forças envolvidas na fecundação das riquezas, empresários e trabalhadores, ignoram o conflito político e fazem ouvidos surdos aos lances estrepitosos daí resultantes. Sólidas convicções sobre o potencial do Brasil em dissolver as adversidades e, até, de recebê-las como desafios a serem vencidos a todo transe, empurram adiante o processo de desenvolvimento. Na verdade, a crise política e econômica transformar-se-ia em tragédia se os agentes da produção fossem contaminados pelo desalento ou cedessem ao clima de pessimismo reinante em tantos setores.

Em nações portadoras de economias na faixa do pleno emprego, como o Japão, os Estados Unidos, a Alemanha, para citar apenas três dos principais, a recorrência a políticas recessivas pode reverter quadros patológicos graves. Mas são inócuas no Brasil, antes podem levá-lo a estágios de astenia econômica capazes de provocar a convulsão social. As experiências recessivas aqui realizadas, faz pouco, para opor resistência eficaz à inflação, malograram por completo e tornaram ainda mais crítico o estado geral da economia.

Com um incremento demográfico em torno de dois por cento, correspondente a um acréscimo populacional, a cada ano, de três milhões de pessoas, e diante de quase 2,5 milhões de jovens que, pela primeira vez, se habilitam todos os anos ao mercado de trabalho, a renúncia do País ao desenvolvimento seria algo apo-

calíptico. Encaixam-se em semelhante moldura os compromissos do atual ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, de ignorar os instrumentos da recessão para combater a síndrome inflacionária.

Não há dúvida, porém, quanto à necessidade de empreender o controle da inflação a partir de um ajuste fiscal adequado, mediante introdução na Carta Política de dispositivos aptos a reformular o sistema tributário. A iniciativa deve contemplar medidas destinadas a conter o déficit público em níveis aceitáveis, porque, é fundamental para desatar o ataque à inflação. Os demais fatores essenciais para estabilizar a economia deverão surgir de providências correlatas, como a de desmobilização do Estado mediante a privatização de empresas estatais.

Em nenhuma circunstância seria recomendável, como imagina o ministro Fernando Henrique Cardoso, criar ou elevar impostos. Se a reforma constitucional produzir uma redistribuição dos encargos federativos, com a transferência aos estados e municípios de serviços de primeira linha hoje lançados, de forma incorreta, na competência da União, as finanças públicas acomodar-se-ão em planos estáveis. Recorrer ao agravamento da incidência tributária, além de aditar desestímulo aos investimentos produtivos, provocará novos impulsos inflacionários. Como é notório, qualquer adicional aos custos de produção é transferido aos preços finais das utilidades e serviços.

Espera-se, portanto, que uma reflexão mais profunda em torno da questão remeta ao convencimento sobre a redistribuição dos encargos pelas hierarquias federativas, a fim de aliviar a União de despesas vinculadas à competência de estados e municípios. E, em consequência, se abandone a idéia de alargar as incidências tributárias.